

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka, que *altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)*.

RELATORA: Senadora ANA AMÉLIA

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, de autoria do nobre Senador Waldemir Moka, que pretende alterar a legislação de custeio da Previdência Social, Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar de contribuição previdenciária, por um ano, os segurados empregados, ex-usuários de drogas contratados por encaminhamento de órgão oficial, nos termos do art. 24 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Também está prevista a isenção de contribuições para o empregador, durante o mesmo período.

O autor registra que a Emenda Constitucional nº 65, de 23 de agosto de 2010, incluiu os jovens, dependentes de entorpecentes e drogas afins, no âmbito da diretriz constitucional relativa à instituição de programas de prevenção e atendimento especializado.

Antes disso, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, já tinha instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. Essa última norma cuida, registre-se, da reinserção social de usuários e dependentes de drogas, prevendo a concessão de benefícios a instituições

privadas que desenvolverem atividades para a consecução dos objetivos a que se propõe a norma.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Em análise da matéria - concessão de isenção, por um ano, de contribuições previdenciárias para estimular a reinserção de usuários e dependentes de drogas - não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional.

Quando ao mérito, a proposição apresenta inegáveis aspectos positivos. É sabida a resistência dos empregadores na contratação, como empregados, de ex-usuários e ex-dependentes de drogas em processo de recuperação. Para além de eventuais preconceitos descabidos, devemos reconhecer que o risco de uma recaída está quase sempre presente nesses casos e o trabalho de reabilitação envolve a consciência, pelo próprio indivíduo em tratamento, de que a luta contra o vício é renovada a cada dia.

O papel relevante do trabalho e do emprego sempre foi reconhecido e é sempre lembrado quando se pretende estimular a reinserção de indivíduos na cidadania, dando-lhes condições mínimas de saúde psicossocial. Um ambiente de normalidade controlada, como o das grandes empresas, serve para que o empregado encontre novas amizades, motivação e sentido para a existência.

É justo, então, que o Estado ofereça aos empregadores dispostos a colaborar no combate à dependência química, uma compensação e um estímulo para que eles participem efetivamente no esforço das políticas públicas sobre drogas. Em última instância, haverá economia nos gastos com a saúde, a previdência e a assistência social.

E, sendo a seguridade grande beneficiária do sucesso dessas políticas, nada mais adequado do que conceder uma isenção temporária, em benefício de empregados e empregadores, nos encargos sociais relativos ao custeio da Previdência Social. É esse, enfim, o objetivo do projeto em análise.

A proposição, além disso, atenta para a responsabilidade fiscal, atribuindo ao Poder Executivo a estimativa do montante da renúncia fiscal e elaboração de demonstrativo, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Sendo assim, reconhecemos a procedência dos argumentos favoráveis à aprovação da proposta, expostos pelo nobre proponente. Entretanto, a redação prevista para o § 15 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, parece-nos inapropriada, pois se refere ao cálculo e não à contribuição em si. Para corrigir essa impropriedade redacional estamos propondo emenda de redação.

III – VOTO

Em face das considerações expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 - CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao § 15 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, a seguinte redação:

“**Art. 22.**

.....

§ 15. A contribuição prevista no inciso I deste artigo, não incidirá sobre as remunerações dos empregados admitidos conforme o § 3º do art. 20 desta Lei, durante o primeiro ano de vigência da relação de emprego. (NR)”

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2011

Senador JAYME CAMPOS, Presidente

Senadora ANA AMÉLIA, Relator

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2011

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo terceiro::

“Art.20.....
.....
.....

§ 3º É isento de contribuição por um ano o segurado empregado,
ex-usuário de drogas e que tenha sido contratado após encaminhamento por órgão oficial, conforme o art. 24 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.” (NR)

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa avigorar acrescido do seguinte § 15:

“Art.22.....
.....
.....

§ 15. A contribuição prevista no inciso I deste artigo, não incidirá sobre as remunerações dos empregados admitidos

conforme o § 3º do art. 20 desta Lei, durante o primeiro ano de vigência da relação de emprego. (NR)”

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 7 de dezembro de 2011.

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais